

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  <small>CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL</small>	Revisão: 0 Página 1 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

Cáritas Diocesana de Vila Real

Anexo

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  <small>CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL</small>	Revisão: 0 Página 2 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	17
5	Ativos Fixos Tangíveis	17
6	Ativos Intangíveis	18
7	Custos de Empréstimos Obtidos	20
8	Inventários	20
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	21
10	Imposto sobre o Rendimento	21
11	Benefícios dos empregados	21
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	22
13	Outras Informações	22
13.1	Clientes e Utentes	23
13.2	Outras contas a receber	23
13.3	Diferimentos	23
13.4	Caixa e Depósitos Bancários	24
13.5	Fundos Patrimoniais	24
13.6	Fornecedores	24
13.7	Estado e Outros Entes Públicos	24
13.8	Outras Contas a Pagar	25
13.9	Subsídios, doações e legados à exploração	25
13.10	Fornecimentos e serviços externos	25
13.11	Outros rendimentos	26
13.12	Outros gastos	26
13.13	Resultados Financeiros	26
13.14	Acontecimentos após data de Balanço	27

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL	Revisão: 0 Página 3 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

1 Identificação da Entidade

A “Cáritas Diocesana de Vila Real” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República n.º 42, Série III, com sede Rua D. Pedro de Castro, n.º 1 e morada na Rua da Portela n.º 8, em Quinta da Tapada - Bisalhães. Tem como atividade o Apoio Social para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Intervenção personalizada a pessoas em situação de pobreza;
- Emergência;
- Exclusão social;
- Dependência química;
- Económico-social ou física no âmbito do tratamento da toxicod dependência e alcoolismo;
- Reabilitação bio-psico-social, bem como do desenvolvimento da autonomia e independência pessoal e da integração social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL	Revisão: 0 Página 4 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  <small>CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL</small>	Revisão: 0 Página 5 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  <small>CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL</small>	Revisão: 0 Página 6 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL	Revisão: 0 Página 7 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	4
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	4

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	6
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	4 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  <small>CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL</small>	Revisão: 0 Página 10 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL	Revisão: 0 Página 11 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  <small>CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL</small>	Revisão: 0 Página 12 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  <small>CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL</small>	Revisão: 0 Página 13 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL	Revisão: 0 Página 14 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  CARITAS <small>DIOCESANA DE VILA REAL</small>	Revisão: 0 Página 15 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  <small>CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL</small>	Revisão: 0 Página 16 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL	Revisão: 0 Página 17 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	232.162,91					232.162,91
Edifícios e outras construções	1.875.993,89					1.875.993,89
Equipamento básico	61.473,85					61.473,85
Equipamento de transporte	164.431,16		2.840,00			161.591,16
Equipamento administrativo	13.696,95					13.696,95
Equipamento biológico	10.419,34	1.057,68				11.477,02
Outros Ativos fixos tangíveis	3.925,79					3.925,79
Investimentos em curso	132.562,28					132.562,28
Total	2.494.666,17	1.057,68	2.840,00	0,00	0,00	2.360.321,57
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	19.113,42	6.547,20				25.660,62
Edifícios e outras construções	978.099,60	92.937,39				1.071.036,99
Equipamento básico	55.295,90	3.505,78				58.801,68
Equipamento de transporte	72.176,40	17.431,50				89.607,90
Equipamento administrativo	13.572,58	124,37				13.696,95
Equipamento biológico	10.419,34	264,42				10.683,76
Outros Ativos fixos tangíveis	1.476,75	74,05				1.550,80
Total	1.150.153,99	120.884,10	0,00	0,00	0,00	1.271.038,70

Descrição	2016			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	19.113,42	6.547,20		25.660,62
Edifícios e outras construções	978.099,60	92.937,39		1.071.036,99
Equipamento básico	55.295,90	3.505,78		58.801,68
Equipamento de transporte	72.176,40	17.431,50		89.607,90
Equipamento administrativo	10.419,34	124,37		13.696,95

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL	Revisão: 0 Página 18 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

Equipamento biológico	10.419,34	264,42		10.683,76
Outros Ativos fixos tangíveis	1.476,75	74,05		1.550,80
Total	1.150.153,99	120.884,71	0,00	1.271.038,70

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	232.162,91					232.162,91
Edifícios e outras construções	1.875.993,89	63.311,82				1.939.305,71
Equipamento básico	61.473,85	379,99				61.853,84
Equipamento de transporte	161.591,16	6.200,00				167.791,16
Equipamento administrativo	13.696,95					13.696,95
Equipamento biológico	11.477,02					11.477,02
Outros Ativos fixos tangíveis	3.925,79					3.925,79
Total	2.360.321,57	69.891,81	0,00	0,00	0,00	2.430.213,38
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	25.660,62	6.547,20				32.207,82
Edifícios e outras construções	1.071.036,99	44.294,99				1.115.331,98
Equipamento básico	58.801,68	3.052,16				61.853,84
Equipamento de transporte	89.607,90	16.151,50				105.759,40
Equipamento administrativo	13.696,95					13.696,95
Equipamento biológico	10.683,76	264,42				10.948,18
Outros Ativos fixos tangíveis	1.550,80	55,66				1.606,46
Total	1.271.038,70	70.365,93	0,00	0,00	0,00	1.341.404,63

Descrição	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	232.162,91			232.162,91
Edifícios e outras construções	1.875.993,89	63.311,82		1.939.305,71
Equipamento básico	61.473,85	379,99		61.853,84
Equipamento de transporte	161.591,16	6.200,00		167.791,16
Equipamento administrativo	13.696,95			13.696,95
Equipamento biológico	11.477,02			11.477,02
Outros Ativos fixos tangíveis	3.925,79			3.925,79
Total	2.360.321,57	69.891,81	0,00	2.430.213,38

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011


 CARITAS
DIOCESANA
DE VILA REAL

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	53.091,95					53.091,95
Programas de Computador	3.472,00					3.472,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	56.563,95	0,00	0,00	0,00	0,00	56.563,95
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	44.946,83	3.600,00				48.546,83
Programas de Computador	3.268,87					3.268,87
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	48.215,70	3.600,00	0,00	0,00	0,00	51.815,70

Descrição	2016			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	53.091,95			53.091,95
Programas de Computador	3.472,00			3.472,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	56.563,95	0,00	0,00	56.563,95

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	53.091,95					53.091,95
Programas de Computador	3.472,00					3.472,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	56.563,95	0,00	0,00	0,00	0,00	56.563,95
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00

Elaborado por: Directora Administrativa

Elaborado a: 10/10/2011

Aprovado por: Presidente Direcção

Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL	Revisão: 0 Página 20 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

Projetos de Desenvolvimento	48.546,83	4.545,12				53.091,95
Programas de Computador	3.268,87	203,13				3.472,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	51.815,70	4.748,25	0,00	0,00	0,00	56.563,95

Descrição	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	53.091,95			53.091,95
Programas de Computador	3.472,00			3.472,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	56.563,95	0,00	0,00	56.563,95

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	2.109,11	245.131,76	245.131,76	15.399,54	312.812,47	328.212,01
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	29.742,29	29.742,29	0,00	44.587,07	44.587,07
Total	2.109,11	245.131,76	276.983,16	15.399,54	357.399,54	372.799,08

8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	30.787,66	28.539,29	2.248,37	0,00	0,00	9.875,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	36.879,39	35.941,85	937,51	27.820,27	0,00	0,00

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL	Revisão: 0 Página 21 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	67.667,05	64.481,14	3.185,88	27.820,27	0,00	9.875,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				30.010,03			55.004,10
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
ISS	377.487,20	460.696,86
IEFP	43.722,03	31.387,03
IFAP	1.267,31	2.364,83
Apoios do Governo		
ARS	180.309,71	186.485,49
SICAD	125.000,04	114.583,37
CLDS	36.863,04	121.883,25
+ Social	48.864,66	13.746,60
POAPMC	626,08	0,00
Total	814.140,07	931.147,43

10 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2017	2016
IRC Liquidado	1609,36	164,46
Tributação Autónoma	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

11 Benefícios dos empregados

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respetivamente “5” e “5”. De um período para outro verificou-se a saída dos Exmos Srs “Ernesto Paulo Caetano e Hélder Albertino Carneiro Afonso ” tendo sido substituídos pelos Exmos Srs “Carlos Manuel Reis Martins e Sónia Daniela Carvalho Vilarinho”.

Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações à excepção do Presidente que é colaborador da Instituição assumindo a função de Técnico Superior e Coordenador da Valência Equipa do Rendimento Social de Inserção (RSI).

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de “59, sendo 6 são CEI+ e 11 são CEI” e em 31/12/2016 foi de “49, sendo 10 são CEI+”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	612.968,98	496.498,48
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	36,77	3.966,72
Encargos sobre as Remunerações	121.434,83	101.441,62
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6.476,77	5.260,59
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1.025,93	938,47
Total	741.943,28	608.105,88

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

13.1 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	4.243,61	3.751,37
Utentes	10.223,02	7.154,11
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	14.466,63	10.905,48

Nos períodos de 2017 e 2016 não foram registadas “Perdas por Imparidade”.

Descrição	2017	2016
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

13.2 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	27.157,57	27.157,57
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	30.629,50	32.048,39
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	57.787,07	59.205,96

13.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
	5.511,51	5.817,40
Total	5.511,51	5.817,40

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL	Revisão: 0 Página 24 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

Rendimentos a Reconhecer		
	0,00	47.286,24
Total	0,00	47.286,24

13.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2017
Caixa	1.174,46	2.595,56
Depósitos à ordem	370.725,61	217.539,97
Depósitos a prazo	53.566,18	69.566,18
Outros	1.130,00	1.130,00
Total	426.596,25	290.831,71

13.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	708.036,30	70.582,07	0,00	778.618,37
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	381.164,80	0,00	-8.864,30	372.300,50
Total	1.089.201,10	70.582,07	-8.864,30	1.150.918,87

13.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	35.147,02	40.129,05
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	35.147,02	40.129,05

13.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.793,98	7.028,43
Outros Impostos e Taxas	2.242,33	2.293,99

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

IMP.09.IT.01.PS1	Impresso  CARITAS DIOCESANA DE VILA REAL	Revisão: 0 Página 25 de 27
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		

Total	5.036,31	9.322,42
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	1.609,36	164,46
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	176,49	920,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	9.621,86	7.385,73
Segurança Social	23.182,09	24.744,45
Outros Impostos e Taxas	258,63	218,96
Total	34.848,43	33.433,60

13.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		38.338,03		63.248,28
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		2.794,53
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		2.171,61		30.416,64
Credores por acréscimo de gastos		63.704,59		66.042,81
Outros credores		26.365,98		28.127,21
Total	0,00	130.580,21	0,00	124.586,66

13.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	658.783,77	744.661,94
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	658.783,77	744.661,94

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

13.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	95.189,85	147.676,80
Materiais	9.172,43	13.228,18
Energia e fluidos	59.690,40	67.756,40
Deslocações, estadas e transportes	10.048,79	11.635,33
Serviços diversos	309.887,87	212.023,99
Total	483.989,37	452.320,70

13.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	340.165,67	190.367,90
Descontos de pronto pagamento obtidos	680,19	301,63
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	1.711,25
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	4.200,00
Outros rendimentos	150.613,72	138.216,22
Total	491.459,58	334.797,00

13.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	280,67	57,68
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	243,75	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	4.000,00
Outros Gastos	9.379,61	32.925,05
Total	9.904,03	36.982,73

13.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	7.112,50	7.869,55
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	7.112,50	7.869,55
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3,04	252,71
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	3,04	252,71
Resultados Financeiros	-7.109,46	-7.616,84

13.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção em 13/03/2018

Mondrões, 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

A Direcção

Elaborado por: Directora Administrativa	Elaborado a: 10/10/2011
Aprovado por: Presidente Direcção	Aprovado a: 10/10/2011